

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.097 - SP (2019/0301509-9)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **HELIO ROMANI OLIANI**
ADVOGADO : **HELIO ROMANI OLIANI - SP369920**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **WELDER HIURI AZEVEDO MARTINS**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de **Welder Hiuri Azevedo Martins** contra ato coator da Sexta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Tem-se dos autos que o Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da comarca de São José do Rio Preto/SP recebeu a denúncia ofertada contra o paciente pela prática do crime do art. 155, *caput*, do Código Penal.

Pleiteando o trancamento da ação penal por falta de justa causa, por atipicidade da conduta, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte estadual que, por sua vez, denegou a ordem (fls. 13/22 - *Habeas corpus* n. 2191700-70.2019.8.26.0000).

Daí o presente *writ*, em que requer o trancamento da ação penal, eis que o *valor irrisório do bem furtado - uma blusa com valor de custo bem inferior a R\$ 85,00 -, a restituição do objeto do crime à vítima, a ausência de violência, de grave ameaça, autoriza, na hipótese, a aplicação do princípio da insignificância com o trancamento da ação penal* (fl. 10).

Requer, assim, a concessão liminar da ordem *para determinar o trancamento da ação penal que tramita perante a 4ª Vara Criminal da Comarca de São José do Rio Preto/SP, sob o n. 0025521-09.2016.8.26.0576, em razão da completa ausência de justa causa para o seu prosseguimento* (fl. 11).

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de

Superior Tribunal de Justiça

ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

No caso, está presente a plausibilidade jurídica do pedido.

O paciente é acusado de ter cometido o crime de furto simples, tendo, em tese, subtraído uma blusa com valor R\$ 85,00.

Em situações como a presente, devem ser levados em consideração os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Direito Penal, segundo os quais a criminalização de uma conduta só se legitima se for o meio indispensável para a preservação de determinado bem jurídico, o qual só pode ser tutelado se for imprescindível para toda a sociedade.

Da análise destes autos, neste juízo preliminar, verifico a possibilidade de concluir pela atipicidade da conduta, em razão da incidência do princípio da insignificância,

Diante disso, **defiro a medida liminar** para suspender a Ação Penal n. 0025521-09.2016.8.26.0576, da 4ª Vara Criminal da comarca de São José do Rio Preto/SP, até o julgamento definitivo do presente *writ*.

Comuniquem-se e solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, esclarecendo que o deferimento da liminar nestes autos não torna prejudicado o *habeas corpus* originário.

Com as informações, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator